

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

1. NOSSO COMPROMISSO

A presente Política de Privacidade (“Política”) rege o acesso e o uso de pessoas físicas e jurídicas, dentro do território brasileiro, do aplicativo Junta e do site <http://www.junta.me> (“Site” ou “App”, ou, conjuntamente, “Plataformas”), disponibilizados pela Junta Serviços de Intermediação e Tecnologia Ltda., empresa inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.005.198/0001-71, com sede na Rua Desembargador Aragão, 248, Conj. 21B, sala 01, Vila Mariana, CEP 04102-010, São Paulo-SP (“Junta”).

Na Junta, privacidade e segurança são prioridades e nos comprometemos com a transparência do tratamento de dados pessoais dos nossos Usuários, mantendo você ciente e familiarizado sobre a forma como tratamos os seus dados. A presente Política de Privacidade estabelece como é feito o tratamento de informações de clientes ou outras pessoas que acessam ou usam nossas Plataformas, desde a coleta e armazenamento, até o compartilhamento e seu descarte.

É PRIMORDIAL QUE O USUÁRIO LEIA ATENTAMENTE TODAS AS DISPOSIÇÕES ABAIXO, UMA VEZ QUE A UTILIZAÇÃO DAS PLATAFORMAS ESTÁ CONDICIONADA À EXPRESSA E INTEGRAL CONCORDÂNCIA. EM CASO DE DISCORDÂNCIA A QUALQUER TERMO OU CONDIÇÃO, O USUÁRIO DEVE INTERROMPER O USO IMEDIATAMENTE.

O conteúdo desta Política é parte integrante dos Termos de Uso ([link](#)) e poderá ser consultado, impresso ou armazenado em um arquivo de dados, em qualquer momento, pelo link disponível no rodapé do Site da Junta.

2. DEFINIÇÕES

Além das demais definições constantes da presente Política, os termos e expressões escritos com iniciais maiúsculas terão os significados contidos abaixo:

Definição	Significado
Usuário	Toda pessoa física ou jurídica que visita/acessa o Site ou faz o download do App da Junta.
Paciente	Toda pessoa física que se cadastra nas Plataformas da Junta com a finalidade de obter financiamento coletivo para sua cirurgia, seu exame ou sua conta hospitalar.

Doador	Pessoa física ou jurídica que contribui com campanhas nas Plataformas.
Junta	Sociedade empresária que presta os Serviços veiculados nas Plataformas.
Serviços	Disponibilização de espaço virtual para a apresentação de pessoas que necessitam de procedimentos médicos, hospitalares, ambulatoriais e/ou laboratoriais, além de contas médicas em aberto, e que não possuem condições financeiras para tanto, a fim de que terceiros possam contribuir com quaisquer quantias para a viabilização do procedimento necessitado ou pagamento da conta médica.
Parceiro	Hospitais, Clínicas, Médicos e Laboratórios parceiros da Junta onde os procedimentos requisitados pelos Pacientes são realizados.
Site	Plataforma online acessível por meio do endereço eletrônico www.junta.me
App	Aplicativo disponível para IOS e Android no qual os Serviços são viabilizados para Pacientes e Doadores.
Plataformas Junta	Site Junta e App Junta considerados conjuntamente.

3. O QUE SÃO DADOS PESSOAIS E QUAIS AS LEIS APLICÁVEIS?

3.1. Serão utilizadas para aplicação desta Política todas as definições constantes do artigo 5º da LGPD, valendo transcrever as seguintes:

(i) “Dado Pessoal” corresponde a qualquer informação relativa a uma pessoa natural identificada ou identificável, que a Junta venha a tratar;

(ii) “Dado Pessoal Sensível” corresponde a qualquer dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de

caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

(iii) “Tratamento” consiste em toda operação relativa à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de Dados Pessoais.

3.2. Para os fins desta Política, “Leis de Proteção de Dados” incluem, mas não se limitam, a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) (“LGPD”), o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e alterações posteriores, e quaisquer outras leis e regulamentos em relação ao tratamento de dados pessoais e privacidade aplicáveis, e, se aplicável, todas as orientações e códigos de prática emitidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) ou outra autoridade de supervisão ou proteção de dados pertinente.

4. QUAIS DADOS SÃO COLETADOS E FINALIDADE

4.1. A fim de viabilizar a execução dos Serviços, a Junta fará o tratamento dos dados pessoais dos Usuários conforme detalhamento abaixo, tudo em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD):

Finalidade	Tipos de Dados	Base Legal
Cadastro e comunicação com o Paciente ou Responsável.	Nome Completo, CPF, Telefone/Celular, e-mail do Paciente ou Responsável.	Execução de Contrato, Cumprimento de Obrigações Legais e Prevenção à Fraude.
Enquadramento do Paciente ao Público-Alvo da Junta.	Renda Familiar.	Execução de Contrato.
Controle de acesso às Plataformas.	Login, senha, data de criação/atualização cadastro.	Execução de Contrato e Prevenção à Fraude.
Armazenamento de dados de acesso do Usuário.	IP de acesso, login e períodos de navegação.	Cumprimento de Obrigações Legais e Prevenção à Fraude.
Confirmação de capacidade civil do Usuário.	Idade	Execução de Contrato e Cumprimento de Obrigação Legal.
Verificação da disponibilidade e qual o Parceiro mais próximo	Endereço, Estado e CEP	Execução de Contrato.

que realizará o procedimento almejado pelo Paciente		
Possibilitar a realização de contribuições pelo Doador	Dados de Cartão de Crédito, nome, CPF, e-mail, telefone/celular.	Execução de Contrato, Cumprimento de Obrigação Legal e Prevenção à Fraude.
Armazenamento de Dados em servidor no exterior.	Dados de identificação, IP, informações de acesso e dados médicos.	Consentimento.
Estabelecimento de contato com a Junta pelos Usuários por meio dos canais disponibilizados	Nome, Telefone/Celular e E-mail.	Consentimento.

4.2. Além dos Dados Pessoais acima, os Usuários estão cientes de que a Junta precisará tratar determinados Dados Pessoais Sensíveis, principalmente porque os Serviços prestados consistem justamente na viabilização de procedimentos médicos, hospitalares e laboratoriais.

4.3. Os Dados Pessoais Sensíveis serão tratados pela Junta seguindo as diretrizes abaixo:

Finalidade	Tipos de Dados	Base Legal
Cadastro de Pacientes menores de idade ou incapazes.	Nome Completo, CPF, data de nascimento e Certidão de Nascimento de menor de idade ou Certidão de Curatela de maior incapaz.	Cumprimento de Obrigação Legal, Exercício Regular de Direito em Contratos, e Tratamento de Dados de Menores.
Caracterização da Campanha pelo Paciente ou Responsável.	Fotografia com dados biométricos (fisionomia) ou informações médicas, se inseridas na página da campanha.	Consentimento.
Intermediação com Parceiro de tratamento médico do Paciente.	Sexo biológico e gênero social.	Execução de Contrato e Prevenção à Fraude.

Caracterização da Campanha pelo Paciente ou Responsável.	Descrição, realizada pelo próprio Paciente ou Responsável, do problema médico objeto da campanha.	Consentimento.
Análise e Curadoria da campanha pela Junta, a fim de constatar a necessidade e a possibilidade do procedimento almejado.	Dados médicos, tais como exames, receitas, prontuários, históricos, entre outros dados e documentos inseridos na plataforma pelo Paciente ou Responsável. Para o campanhas de Contas Medicas, a Nota Fiscal e outros documentos que exibem o procedimento médico realizado.	Consentimento e Exercício Regular de Direitos em Contrato.
Análise e pelo Parceiro da Junta a fim de constatar a necessidade e a possibilidade do procedimento almejado.	Dados médicos, tais como exames, receitas, prontuários, históricos, entre outros dados e documentos inseridos na plataforma pelo Paciente ou Responsável.	Consentimento e Exercício Regular de Direitos em Contrato.

4.4. Além dos Tratamentos acima detalhados, a Junta poderá ainda utilizar informações de monitoramento das atividades realizadas enquanto o Usuário acessa as Plataformas:

- (i) manter e aprimorar os Serviços;
- (ii) aprimorar o funcionamento das Plataformas visando oferecer a melhor experiência aos Usuários;
- (iii) desenvolver novas funcionalidades para as Plataformas;
- (iv) realizar estatísticas genéricas ou anonimizadas para monitoramento de utilização das Plataformas.

4.4.1. A Junta, por meio do tratamento dos seus Dados Pessoais, poderá analisar em quais campanhas os Usuários já realizaram aportes anteriormente, a fim de sugerir aos respectivos Usuários aportes em outras campanhas com propósitos semelhantes de acordo com os critérios estabelecidos pela própria Junta.

4.4.2. Este tratamento será realizado pela própria equipe da Junta, sem nenhum Cookie, Tag ou Analytics de terceiros.

4.5. A Junta utiliza o servidor da Amazon localizado nos Estados Unidos da América. A utilização deste sistema para manutenção e armazenamento em nuvem é extremamente comum e necessário para que seja possível fornecer uma operação contínua, estável e

segura. Caso o Usuário não consinta com a transferência internacional de dados, infelizmente, será impossível utilizar-se do serviço da Junta e, neste caso, deverá interromper imediatamente o uso das Plataformas.

5. SIGILO E COMPARTILHAMENTO

5.1. A Junta se compromete a manter o sigilo e a confidencialidade dos dados pessoais repassados pelos Usuários, em consonância com o disposto nas Leis de Proteção de Dados, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas necessárias ou decorrentes das finalidades e bases legais estabelecidas no item 4 desta Política.

5.2. Os Usuários têm ciência de que a Junta possui prestadores de serviços de Contabilidade, Tecnologia da Informação, Design, Marketing e Jurídico. A Junta mantém contratos com esses prestadores, e outros que possam ser necessários, assegurando todos os deveres de sigilo e confidencialidade, bem como estrito cumprimento às Leis de Proteção de Dados.

5.3. Especificamente quanto aos Dados Pessoais Sensíveis Médicos, os Usuários têm ciência da necessidade de seu compartilhamento com os Parceiros prestadores de serviços médicos, hospitalares e laboratoriais, a fim de viabilizar a própria execução dos Serviços.

5.4. Haverá compartilhamento de dados com empresa fornecedora de Cloud Service para hospedagem e armazenamento de dados em nuvem, além de compartilhamento com meio de pagamento parceiro dos dados estritamente necessários para esta finalidade.

5.5. Serão necessários, também, compartilhamentos com o Poder Público para cumprimento de obrigações legais ou regulatórias, situação em que também são adotadas todas as medidas e obrigações sobre sigilo, segurança e privacidade.

5.6. Nos termos do §4º do art. 7º da LGPD¹ e considerando que a Junta é uma plataforma que objetiva conferir publicidade às Campanhas, ao aceitarem esta Política, os Usuários manifestam a sua concordância de que os Dados Pessoais eventualmente inseridos nas campanhas por eles criadas se tornarão públicos para todos os fins de direito, uma vez que terceiros poderão acessá-los a qualquer momento.

5.6.1. Estão abarcados nesta disposição as informações inseridas pelos Pacientes e Responsáveis na descrição da campanha e em todos os campos que serão visíveis aos Usuários, excluindo-se, conseqüentemente, informações cadastrais, dados e documentos médicos enviados no momento da criação da campanha, que continuam mantidos em sigilo.

5.6.2. A Junta poderá, ainda, compartilhar com seus parceiros comerciais certas Campanhas criadas pelos Pacientes e Responsáveis, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, visando conferir maior publicidade às respectivas Campanhas e, assim, potencializar a arrecadação de doações para aquela. Além disso, qualquer Usuário que acessar a campanha

¹ § 4º É dispensada a exigência do consentimento previsto no caput deste artigo para os dados tornados manifestamente públicos pelo titular, resguardados os direitos do titular e os princípios previstos nesta Lei.

poderá, por conta própria, compartilhá-la em sua rede e por diferentes canais (e-mail, Whatsapp, etc.).

5.6.3. Neste sentido, os Pacientes e Responsáveis desde já concordam que a Junta não será responsável, a qualquer título e a qualquer momento, por quaisquer publicações e/ou divulgações realizadas por terceiros relacionadas à Campanha criada pelo próprio Paciente ou Responsável.

5.7. Eventualmente, determinados Dados Pessoais poderão ser compartilhados pela Junta com vistas a cumprir ordens judiciais ou para a própria defesa da Junta em processos judiciais, administrativos ou arbitrais.

6. MEDIDAS DE SEGURANÇA

6.1. A Junta adotará técnicas e padrões razoáveis e disponíveis na ocasião do tratamento para o tratamento seguro dos dados pessoais, repassados pelos Usuários, em consonância com o disposto no art. 46 da LGPD.

6.2. A Junta assegurará que os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas funções, devam ter acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos Dados Pessoais para fins de exclusivos descritos nesta Política, encontram-se obrigados a deveres de sigilo, níveis de segurança e responsabilizando-se pela conformidade em relação à legislação aplicável.

6.3. A Junta garantirá que o seu pessoal receba treinamento sobre a matéria de proteção de dados pessoais e privacidade.

6.4. Nenhum sistema é completamente seguro. Por isso, é importante que os Usuários protejam suas informações de acesso às Plataformas. A Junta recomenda que o Usuário não comunique nenhum Dado Pessoal e/ou de acesso às Plataformas a terceiros. O Usuário deve ajudar a manter suas informações de acesso seguras, utilizando uma senha forte para inviabilizar o acesso por terceiros não autorizados. Caso você identifique ou tome conhecimento de algo que comprometa a segurança dos seus Dados Pessoais, por favor entre em contato por meio do endereço contato@junta.me.

7. EXERCÍCIO DE DIREITOS PELOS USUÁRIOS

7.1. Nos termos do art. 18 da LGPD, os Usuários têm direito a obter da Junta, a qualquer tempo e, mediante requisição simplificada, a

(i) confirmação da existência de tratamento;

(ii) o acesso aos dados;

(iii) a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;

(iv) a anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na lei;

(v) a portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa e observados os segredos comercial e industrial, de acordo com a regulamentação do órgão controlador;

(vi) a eliminação dos dados pessoais tratados sob a base legal do consentimento;

(vii) a informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados; a informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;

(viii) e a revogação do consentimento, nos termos do art. 8º, § 5º, da LGPD.

7.2. Em casos de impossibilidade de atendimento da solicitação, a Junta informará com fundamentação dos motivos.

8. INCIDENTES

8.1. A Junta fica obrigada a comunicar o Usuário e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, em até 48 (quarenta e oito) horas úteis, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD, com a comunicação não apenas ao titular de dados como também à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

9. FIM DO TRATAMENTO

9.1. A Junta realizará o tratamento dos Dados Pessoais enquanto perdurar a respectiva Finalidade, comprometendo-se, ao final desta, a excluir os dados pessoais que não sejam mais necessários. Os Usuários, contudo, estão cientes de que determinados Dados Pessoais não poderão ser excluídos, visto que são tratados com base em diferentes hipóteses legais, como, por exemplo, para cumprimento de contrato, obrigações legais e regulatórias ou exercício de direitos em processos.

9.2. Todos aqueles Dados Pessoais tratados exclusivamente com base no Consentimento, podem ser objeto de requerimento de exclusão pelos Usuários, conforme item 7 acima.

10. ENCARREGADO E COMUNICAÇÕES

10.1. A Junta Serviços de Intermediação e Tecnologia Ltda., empresa inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.005.198/0001-71, com sede na Av. Paulista, 302 – conj. 10, Bela Vista, CEP 01310-000, São Paulo-SP, é a empresa responsável pela coleta, utilização e divulgação de informações pessoais nos termos desta Política de Privacidade.

10.2. Nosso Encarregado de Proteção de Dados é Ruiz e Perelli Sociedade de Advogados.

10.3. Qualquer comunicação, questionamento, comentários, ou exercício dos direitos elencados no item 7, sobre esta Política de Privacidade ou qualquer outro assunto relacionado ao tratamento dos Dados Pessoais pela Junta, por favor nos contate através do e-mail: contato@junta.me

11. ALTERAÇÃO DESTA POLÍTICA DE PRIVACIDADE

11.1. A presente Política de Privacidade foi elaborada em março de 2022 e, a critério exclusivo da Junta, poderá ser alterada, aditada ou adaptada, competindo à Junta publicar a nova versão em suas Plataformas, bem como notificar os Usuários acerca da nova versão.

11.2. Caso qualquer alteração a esta Política de Privacidade resulte em mudanças nas práticas de tratamento de Dados Pessoais que dependam do consentimento do Usuário, solicitaremos o consentimento do Usuário com os novos termos da Política de Privacidade em relação à nova forma de tratamento de Dados Pessoais e sua finalidade

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.4. Esta Política de Privacidade será interpretada e aplicada de acordo com a legislação da República Federativa do Brasil. Caso haja qualquer conflito decorrente da utilização desta página, será aplicada a lei brasileira.

13.5. Em caso de conflito fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo como o competente para dirimi-lo, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja, sendo que o disposto se aplica independentemente do domicílio ou local de acesso dos Usuários, com o que estes expressamente concordam.